

**somos natureza:**  
**educação ambiental, ecologia integral e territórios vivos**

**we are nature:**  
**environmental education, integral ecology and living territories**

*Maria do Socorro Santos Costa Braga*  
Coordenadora de Mobilização  
Rede Ambiental do Piauí (REAPI)  
Teresina, PI

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-4261-6025>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17458978>

**Resumo:** Este trabalho propõe uma reflexão sobre a importância da ecologia integral como base para uma educação ambiental crítica e transformadora, especialmente em contextos de invisibilidade territorial e socioambiental. A partir da vivência como educadora popular e ativista em Teresina (PI), trago o exemplo do *Bosque da Memória Rio Parnaíba* — um território ecológico e histórico, criado em 2020 como homenagem às vítimas da Covid-19, hoje ameaçado por pressões antrópicas e pelo descaso do poder público. Também abordo o entorno onde vivo, um território de lagoas, vegetação nativa e resistência comunitária, marcado por disputas ambientais, como a que impediu a instalação de uma estação de tratamento de esgoto em área de biodiversidade sensível. O foco do texto é a articulação entre espiritualidade, história, juventudes e práticas pedagógicas extramuros, com ênfase na conversão ecológica e no chamado de Francisco na encíclica *Laudato Si'*. Nesse contexto, destaco também a perspectiva da educomunicação como ferramenta pedagógica que possibilita a construção de saberes por meio da natureza e da escuta sensível aos territórios, integrando linguagem, cultura e participação ativa da comunidade. Essa abordagem fortalece a relação entre seres humanos, animais e o mundo que os cerca, princípio central da ecologia integral. Destaco ainda a importância de experiências educativas enraizadas no território, que promovam o (des)emparedamento do concreto e aulas vivas na natureza, valorizando os saberes locais, a justiça climática e o bem viver. Em tempos de COP 30 e da Campanha da Fraternidade 2025, com o tema 'Fraternidade e Ecologia Integral', que nos convida à conversão ecológica e à reconexão com a Casa Comum, torna-se urgente construir caminhos de esperança e regeneração.

**Palavras-chave:** (1) Ecologia integral; (2) *Laudato Si'*; (3) Educação ambiental crítica; (4) Territórios vivos; (5) Educomunicação.

**Abstract:** This paper proposes a reflection on the importance of integral ecology as a basis for critical and transformative environmental education, especially in contexts of territorial and socio-environmental invisibility. Based on my experience as a popular educator and activist in Teresina (PI), I present the example of the Bosque da *Memória Rio Parnaíba* — an ecological and historical territory created in 2020 as a tribute to the victims of Covid-19, which is now threatened by anthropic pressures and neglect by the government. I also address the area around where I live, a territory of lagoons, native vegetation, and community resistance, marked by environmental disputes, such as the one that prevented the installation of a sewage treatment plant in an area of sensitive biodiversity. The focus of the text is the articulation between spirituality, history, youth, and extramural pedagogical practices, with an emphasis on ecological conversion and Francis' call in the encyclical *Laudato Si'*. In this context, I would also like to highlight the perspective of Educommunication as a pedagogical tool that enables the construction of knowledge through nature and sensitive listening to territories, integrating language, culture and active community participation. This approach strengthens the relationship between human beings, animals and the world around them, a central principle of integral ecology. I would also like to highlight the importance of educational experiences rooted in the territory, which promote the (un)walling of the concrete and live classes in nature, valuing local knowledge, climate justice and good living. In times of COP 30 and the 2025 Fraternity Campaign, with the theme 'Fraternity and Integral Ecology', which invites us to ecological conversion and reconnection with the Common Home, it becomes urgent to build paths of hope and regeneration.

**Keywords:** (1) Integral ecology; (2) *Laudato Si'*; (3) Critical environmental education; (4) Living territories; (5) Educommunication.

## **Introdução**

O presente estudo se inspira na encíclica *Laudato Si'* e no chamado à conversão ecológica, com o objetivo de promover ações em territórios urbanos invisibilizados, integrados à reconstrução da Casa Comum. Nesse contexto, a *Laudato Si'* (2015) constitui um marco teológico e ético que fundamenta o conceito de ecologia integral, concebido como horizonte teleológico para promover relações sustentáveis e integradas entre seres humanos e todas as formas de vida, reconhecendo o valor intrínseco e a interconexão de cada elemento da natureza.

A crise ambiental contemporânea é multifacetada, envolvendo dimensões éticas, morais e ecoespirituais, e seus impactos desiguais atingem predominantemente populações vulneráveis. Isso evidencia a necessidade de uma abordagem holística e educativa, capaz de articular conhecimento científico, valores éticos e práticas sustentáveis, promovendo a justiça socioambiental, a solidariedade com a Casa Comum e o cuidado com a comunidade da vida na terra.

A reflexão apresentada aqui nasce sobretudo da experiência como ativista social, educadora popular e ambiental, atuando em espaços comunitários, especialmente na Reserva Ecológica do Bairro Saci e no Bosque da Memória, em Teresina, Piauí. Dialoga com autores que ressaltam a importância da educação ambiental crítica, integral, baseada em diferentes cosmovisões, articulando práticas de cuidado, relação com a Terra, biointeração e construção de territórios de resistência e aprendizagem.

O *Bosque da Memória Rio Parnaíba* e a *Reserva Ecológica do Saci* são territórios vivos e importantes reservas urbanas. Eles acolhem atividades educativas e comunitárias, como mutirões, plantios de mudas, compostagem, rodas de conversa e caminhadas ecológicas, e funcionam como espaços onde se vivenciam aulas vivas na natureza, para além dos muros escolares, promovendo práticas de educação ambiental fundamentais para enfrentar a crise climática.

A *Lagoa do Saci* constitui uma importante reserva hídrica urbana, essencial para a manutenção da biodiversidade local. Para além de sua relevância ecológica, é também um espaço de pertencimento e identidade, guardando a memória coletiva do bairro e das comunidades que historicamente se relacionam com suas águas e paisagens.

**Figura 1 – Lagoa do Saci, em Teresina (PI)**



**Fonte:** Edilson Medeiros - *Coletivo Lagoa do Saci*, 2025

O *Bosque da Memória Rio Parnaíba*, criado em 2020, durante a pandemia, configura-se como um espaço simbólico de resistência socioambiental. Embora mais recente em sua trajetória, tornou-se um território vivo de preservação e reflorestamento, contribuindo para a mitigação climática, a recuperação das matas ciliares e a educação ambiental na cidade. Essa experiência evidencia a urgência de proteger e preservar essas áreas verdes urbanas, incluindo-as e integrando-as às prioridades e planejamento da política urbana territorial de adaptação climática, sendo reconhecidas como fundamentais na regulação do microclima, na recarga hídrica, no equilíbrio do microclima e no bem-estar das comunidades.

**Figura 2 - Bosque da Memória, em Teresina (PI)**



**Fonte:** Arquivo pessoal, 2024

### **A *Laudato Si'* e o chamado à conversão ecológica**

Ao completar dez anos, a *Laudato Si'* (2015) permanece como marco no pensamento socioambiental contemporâneo. Nela, o Papa Francisco afirma: “*Tudo está interligado como se fossemos um, tudo está interligado nesta Casa Comum*” (FRANCISCO 2015: §70). Ao romper com a separação entre natureza e sociedade, a encíclica propõe uma ecologia integral, abrangendo não apenas o meio ambiente, mas também as dimensões humanas, culturais e espirituais da vida.

Essa visão aproxima-se das cosmovisões dos povos originários, que reconhecem a Terra como Mãe Viva, interligando humanos, águas, florestas, animais e demais seres vivos. A ecoespiritualidade surge como resposta à crise socioambiental global, incentivando a reconexão do cuidado, em que todos os seres são irmãos e a Terra é nossa mãe.

A convergência entre ecologia integral e ecoespiritualidade convoca à revisão de hábitos e à adoção de mudanças concretas em estilo de vida, políticas públicas e modelos de desenvolvimento que não priorizem o lucro acima da vida. A crise climática em curso aproxima-se de um ponto de não retorno, caracterizado por perdas significativas de biodiversidade, degradação dos ecossistemas e aumento das temperaturas, afetando diretamente a resiliência da Terra. Paradoxalmente, as populações que mais protegem seus territórios são as mais impactadas.

Essa desconexão do ser humano com a natureza, frequentemente tratada apenas como recurso a ser explorado, gera perdas de espécies, precarização da vida e a emergência da ecoansiedade. Pesquisas recentes indicam que mais da metade dos jovens entre 16 e 24 anos relatam sentimentos de ansiedade ambiental. Medo, insegurança, incerteza e tristeza são comuns diante da crise climática. Embora não classificada como doença pela Organização Mundial da Saúde, a ecoansiedade é reconhecida por instituições como a Associação Americana de Psicologia e a Academia Brasileira de Letras como uma resposta emocional legítima à percepção de danos irreversíveis ao meio ambiente e à ausência de ações efetivas frente à emergência climática.

Na celebração da *Missa pela Criação* (2025), o Papa Leão XIV reforçou os princípios da *Laudato Si'*, lembrando que o cuidado com a Terra está intrinsecamente ligado ao cuidado com os pobres e marginalizados, os mais afetados pelas injustiças climáticas. Esse diálogo entre fé, ancestralidade de povos originários e comunidades tradicionais evidencia a necessidade de uma conversão ecológica, promovendo um humanismo que integra transformações internas e ações comunitárias em prol da vida.

Assim, a encíclica dialoga com experiências ancestrais e comunitárias de reciprocidade com o planeta, resistindo à lógica predatória e convocando a um novo humanismo, baseado em transformações internas e coletivas.

## **Ecologia integral e justiça socioambiental: um chamado urgente**

A ecologia integral convoca a humanidade a rever sua relação com a Terra, superando a lógica de exploração e separação. Em *Ideias para adiar o fim do mundo*, Krenak (2019) afirma que fomos culturalmente induzidos a acreditar que estamos apartados da natureza. Essa falsa ruptura sustenta práticas que tratam o planeta como mero recurso disponível ao consumo humano. O autor destaca que a sobrevivência da espécie humana depende da vitalidade dos ecossistemas — do solo, das águas e das florestas — e não o contrário. Nessa perspectiva, a chamada *Casa Comum* deve ser compreendida como um organismo vivo, gravemente ameaçado por agrotóxicos, monoculturas e processos de devastação ambiental.

O avanço de atividades como a monocultura e a mineração materializa esse padrão de degradação. Além de comprometer a biodiversidade, tais práticas fragilizam modos de vida comunitários e impõem modelos de produção que rompem vínculos históricos com o território. Trata-se de uma visão que coloca o desenvolvimento econômico acima da vida, desconsiderando outras formas de existência e organização social.

Nêgo Bispo, em *Colonização, quilombos: modos e significados* (2015) e em entrevista à *Revista Trans/Form/Ação* (2021), critica os chamados “*projetos de desenvolvimento*”, interpretando-os como instrumentos de ruptura entre corpo, tempo natural e território. Para ele, o que se faz necessário não é desenvolvimento, mas envolvimento, isto é, a construção de relações pautadas na reciprocidade com a terra e no fortalecimento dos modos de vida ancestrais. Sua proposta de contracolonização do saber valoriza cosmologias que resistem à lógica predatória, apontando para formas de viver integradas à comunidade e aos ciclos naturais.

Assim, tanto a crítica de Krenak quanto a proposta de Nêgo Bispo convergem para a compreensão de que a justiça socioambiental exige um reposicionamento ético e cultural diante da crise ecológica. Mais do que mudanças técnicas, trata-se de reconhecer saberes e práticas que sustentam modos de vida em equilíbrio com a Terra.

### **Do pensamento de Boff e Krenak à educação viva**

Leonardo Boff, teólogo da libertação, desenvolve a noção de Terra como sujeito de direitos e defende a sacralidade do planeta como organismo vivo. Segundo ele, “*a Terra chora, geme e grita porque está sendo violentada*” (BOFF 2014: 33). Boff aproxima espiritualidade e ciência ao propor que não haverá justiça social sem justiça ecológica, o que exige novas formas de educação, baseadas na empatia, no cuidado e na escuta da Mãe Terra.

Nesse mesmo horizonte, Ailton Krenak em *Ideias para Adiar o Fim do Mundo* (2019) propõe mudanças de paradigmas. Ao invés dessa busca exacerbada pelo desenvolvimento, nós deveríamos desenvolver o relacionamento e envolvimento com as florestas, rios, montanhas com o corpo da Terra para a produção de afetos e do ouvir o corpo da Terra. O autor denuncia a abstração civilizatória que separa o humano do mundo natural, levando à mercantilização da vida e ao esgotamento dos ecossistemas. Para ele, o envenenamento da Terra por agrotóxicos e mineração é também o envenenamento do nosso próprio corpo.

Krenak afirma: “Somos bem-vindos neste planeta; o que não é bem-vindo é o modo como lidamos com ele” (KRENAK 2019: 40). Ao propor o retorno a afetos regeneradores e a uma escuta sensível da natureza, ele sugere que os territórios vivos são espaços vivos de reencontro entre educação, cultura e ecologia, a exemplo do *Bosque da Memória* ou da *Lagoa do Saci*, territórios vivos onde atuamos.

### **Impactos socioambientais no Piauí**

No Piauí, grandes projetos energéticos e agrícolas, embora apresentados como sustentáveis, frequentemente resultam em formas de expropriação territorial, afetando comunidades e ecossistemas sensíveis. Exemplos significativos incluem o *Complexo Solar Marruás*, em Bom Princípio, que impacta diretamente comunidades dependentes da agricultura familiar, e a construção da maior usina de hidrogênio verde do mundo, em Parnaíba. Esta última foi alvo de *Ação Civil Pública do Ministério Público Federal* devido a irregularidades no licenciamento ambiental, como emissão da licença antes da conclusão do estudo de impacto, ausência de outorga hídrica e falta de consulta às comunidades tradicionais.

No Delta do Parnaíba, os parques eólicos têm causado impactos à saúde das populações locais, associados à chamada “*síndrome da turbina eólica*”. Essa condição é caracterizada por sintomas como insônia, irritabilidade, dores de cabeça, ansiedade e depressão, atribuídos ao ruído constante e aos infrassons emitidos pelas turbinas em funcionamento. Estudos realizados pela Fiocruz e pela Universidade de Pernambuco investigam esses efeitos em comunidades rurais do estado.

No sul do estado, em municípios como Uruçuí, povos tradicionais, incluindo os *Akroá-Gamella*, enfrentam pressões devido à expansão de empreendimentos agrícolas e energéticos, resultando em conflitos fundiários e ameaças às suas terras e modos de vida. A intensificação da monocultura de soja tem provocado desmatamento, perda de biodiversidade e impactos diretos sobre a subsistência das comunidades que dependem da agricultura familiar.

A fragilidade dos estudos ambientais e a ausência de consultas efetivas reforçam o alerta de Nêgo Bispo (2021), que compara os estudos de

impacto e os relatórios de impacto a "*novas cartas de Pero Vaz de Caminha*": documentos que deveriam orientar decisões responsáveis e proteger direitos, mas que, muitas vezes, funcionam como instrumentos de expropriação territorial, legitimando projetos que desconsideram os modos de vida, saberes e territórios das comunidades tradicionais, em um processo que reproduz mecanismos coloniais sob a justificativa do desenvolvimento sustentável. Bispo destaca ainda a limitação do termo "*preservação do meio ambiente*" e o conceito de cosmofofia, ao indicar que políticas e projetos impõem visões eurocêntricas de desenvolvimento, desconsiderando relações integradas entre humanos e natureza.

Diante desse quadro, torna-se fundamental analisar criticamente a implementação desses projetos, buscando compatibilizar a transição energética com a preservação das comunidades e ecossistemas, garantindo a integridade socioambiental em todo o Piauí. Esses casos não são isolados; refletem um contexto mais amplo no Brasil, em que megaprojetos promovidos como sustentáveis devem assegurar a proteção dos modos de vida das populações tradicionais e a preservação integral dos ecossistemas, respeitando seus limites e complexidades.

### **Educação popular, Paulo Freire e a escuta dos territórios**

A educação ambiental crítica, inspirada em Paulo Freire, parte do princípio de que a realidade deve ser problematizada a partir das experiências e saberes das comunidades. Segundo o autor, "*a educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo*" (FREIRE 1996). Essa perspectiva valoriza a aprendizagem que nasce do cotidiano e da vivência nos territórios, incentivando a escuta atenta das experiências locais como caminho para a construção coletiva de conhecimento.

A escuta ativa permite identificar os desafios socioambientais e as formas de intervenção comunitária que promovem práticas educativas significativas. Ela favorece a construção de processos comunicativos que fortalecem o protagonismo das pessoas na formulação de ações coletivas, políticas públicas e iniciativas de preservação ambiental.

A educação popular, nesse contexto, transforma-se em um instrumento de empoderamento, conectando teoria e prática, conhecimento científico e saberes locais. Ela propicia que comunidades compreendam os impactos de ações antrópicas e ao mesmo tempo fortalece a capacidade de resistência e reorganização frente às pressões externas. Ao aproximar os sujeitos do seu território, a pedagogia freireana amplia a percepção de pertencimento e responsabilidade ambiental, permitindo que os saberes e práticas locais orientem decisões sobre a proteção e cuidado da natureza.

Dessa forma, a escuta dos territórios não se limita à observação do meio natural, mas inclui a atenção às vivências, histórias e necessidades das

comunidades. Essa abordagem, centrada na participação e na experiência concreta, constitui a base para a construção de educação ambiental crítica e transformadora, que vai além do ensino formal e promove consciência ecológica, justiça social e integração entre pessoas, cultura e natureza.

**Licenciamento ambiental e riscos à Casa Comum:  
impactos da Lei nº 15.190/2025**

A aprovação do Projeto de Lei nº 2159/2021, sancionado em agosto de 2025 como Lei nº 15.190, reacendeu intensos debates sobre a política ambiental brasileira. Embora parte dos dispositivos mais polêmicos tenha sido vetada pelo governo federal, o novo marco legal ainda flexibiliza etapas importantes do processo de licenciamento, o que pode fragilizar a proteção dos ecossistemas e aumentar a vulnerabilidade de territórios tradicionais.

Entre as alterações em vigor, destaca-se a adoção de modalidades simplificadas, como a Licença por Adesão e Compromisso, que transfere ao próprio empreendedor a responsabilidade de declarar o cumprimento da legislação, reduzindo a análise prévia por parte dos órgãos técnicos. Soma-se a isso a descentralização da regulamentação para os estados, o que tende a gerar assimetrias regionais e, em alguns casos, regras menos rigorosas.

Diversas organizações da sociedade civil e movimentos socioambientais alertam que, mesmo com os vetos, a lei abre margem para que empreendimentos de grande impacto avancem sem a devida avaliação socioambiental. Tal cenário coloca em risco povos indígenas, comunidades tradicionais e áreas de alta relevância ecológica, ao priorizar a celeridade em nome da expansão econômica.

Essa contradição se torna ainda mais evidente diante da realização da COP30, prevista para novembro de 2025 em Belém do Pará. Ao sediar a principal conferência climática global, o Brasil é chamado a demonstrar coerência entre os compromissos assumidos no plano internacional e as políticas internas de preservação. Nesse sentido, a flexibilização do licenciamento ambiental compromete não apenas a credibilidade do país na cena global, mas também os esforços coletivos pela justiça climática e pela salvaguarda da Casa Comum.

### **Territórios vivos**

#### **Reserva Ecológica do Saci e Bosque da Memória Rio Parnaíba na educação ambiental transformadora**

As reservas urbanas da Zona Sul de Teresina, a *Reserva Ecológica do Saci* e o *Bosque da Memória Rio Parnaíba* revelam tanto o potencial pedagógico da natureza quanto a negligência do poder público. Localizadas próximas ao Rio Parnaíba, essas áreas deveriam ser reconhecidas como Áreas de Preservação Permanente (APP), já que o Plano Diretor de Teresina (Lei nº 5.481/2019) as define como Zonas de Interesse Ambiental. No entanto, na prática, permanecem vulneráveis a invasões, cercamentos irregulares e degradação.

**Figura 3 - Cágado morto na Lagoa do Saci**



**Fonte:** Edilson Medeiros - Coletivo Lagoa do Saci

Na *Reserva Ecológica do Saci*, as cercas ilegais se transformaram em verdadeiras armadilhas da morte para a fauna. Recentemente, um cágado foi encontrado morto preso a uma dessas estruturas, e capivaras, galinhas-d'água e outras espécies também sofrem com a limitação do seu trânsito natural. Esses episódios escancaram como a ausência de fiscalização e manejo adequado compromete o equilíbrio ecológico e a memória coletiva de um território que poderia ser uma escola viva para a comunidade.

O *Bosque da Memória Rio Parnaíba*, por sua vez, foi criado em 2020 pela Rede Ambiental do Piauí (REAPI) como parte da iniciativa nacional Bosques da Memória, que buscou, em plena pandemia, homenagear as vítimas

da Covid-19 e contribuir para a recuperação da Mata Atlântica, em sintonia com a *Década da Restauração dos Ecossistemas da ONU* (2021–2030). No entanto, mesmo sendo um espaço simbólico e pedagógico, o Bosque enfrenta ameaças constantes de sucateiros que ocupam ilegalmente Áreas de Preservação Permanente, chegando a intimidar ativistas e impedir atividades de educação ambiental.

**Figura 4 - Atividade no Bosque da Memória Rio Parnaíba**



**Fonte:** Registro da ONG REAPI.

Diante dessas experiências, reafirma-se que a educação ambiental não pode ser dissociada do território. Como lembra Moema Viezzer (1981), a lógica do patriarcado e do extrativismo insiste em silenciar as defensoras da Terra. E, como ensinou Paulo Freire (1996), educar é um ato político. Ao realizar vivências no *Bosque* e na *Reserva do Saci*, praticamos uma pedagogia da Terra que fortalece o sentimento de pertencimento, denuncia as injustiças socioambientais e aponta caminhos para a preservação da *Casa Comum*.

### **Nêgo Bispo e a crítica à expropriação dos territórios**

Nêgo Bispo (1959–2023), pensador quilombola, expressou em prosa e poesia uma crítica contundente aos mecanismos de recolonização travestidos de sustentabilidade. Em seus versos, ele denuncia como a exploração humana expropria os elementos da Terra — árvores, animais, rios, ventos, fogo e a própria vida do planeta — revelando a lógica predatória que atravessa nossa relação com o mundo (BISPO 2015).

Em sua obra *Colonização, Quilombos: modos e significações* (2015), Bispo propõe a ideia de biointeração como base de uma racionalidade alternativa à lógica extrativista e tecnocrática dominante. Para ele, a relação com a Terra não é de posse nem de exploração, mas de convivência circular entre todos os seres e elementos da Terra — humanos, animais, plantas, rios, ventos e fogo. Trata-se de uma troca contínua, não predatória, que reconhece a Terra como sujeito vivo, e não como objeto:

*A terra não é um bem de consumo. É um ser com o qual nos relacionamos por biointeração, ou seja, uma troca viva, contínua e circular* (BISPO 2015).

Essa visão rompe com a ideia de que a sustentabilidade possa ser alcançada apenas por meio de tecnologias ou instrumentos técnicos. Ferramentas como os *Estudos de Impacto Ambiental* (EIA) e *Relatórios de Impacto Ambiental* (RIMA) são importantes para o controle e planejamento ambiental, mas muitas vezes são usadas para legitimar empreendimentos que desconsideram os modos de vida e os conhecimentos locais. É necessário, portanto, reconhecer sua relevância, mas também apontar seus limites, defendendo a participação efetiva das comunidades nos processos de licenciamento.

A crítica de Nêgo Bispo evidencia que a chamada “sustentabilidade” pode reproduzir velhas práticas coloniais quando desvinculada da escuta dos territórios vivos. Projetos de energias renováveis, por exemplo, continuam impactando ecossistemas e comunidades, mesmo sob o discurso de transição energética. Sua reflexão convida à construção de alternativas enraizadas no cuidado, na reciprocidade e no reconhecimento da Terra como sujeito vivo, valorizando o saber das comunidades e o respeito à vida em todas as suas formas.

### **Um manifesto profético: a hora é agora**

Em março de 2025, a *Comissão Episcopal para Ecologia Integral e Mineração da CNBB* publicou o manifesto “*Ecologia Integral: uma narrativa para enfrentar a crise socioambiental planetária*”. O texto denuncia que não estamos apenas atravessando um tempo de mudanças, mas vivenciando uma mudança de época. Nesse cenário, a ecologia integral não pode ser reduzida a ações simbólicas ou cosméticas; ela exige uma transformação profunda da sociedade, da economia e da pastoral da Igreja.

O manifesto rejeita o chamado “*capitalismo verde*” e as soluções tecnocráticas que não enfrentam as causas estruturais da crise climática e ecológica. Em vez disso, propõe uma narrativa libertadora que reconhece a interdependência entre todos os seres humanos e não humanos, materiais e

espirituais e convoca à ação. É uma ecologia do compromisso, que assume o clamor da Terra e o grito dos pobres como lugar teológico da missão.

Inspirado em mártires da terra como Dorothy Stang, Chico Mendes e Berta Cáceres, o texto faz um chamado à esperança militante. Reafirma a urgência de uma pastoral comprometida com a justiça socioambiental, enraizada nos territórios, articulada com os movimentos sociais e atenta à memória das comunidades eclesiais de base e dos povos originários. Como afirma o próprio manifesto: “*A hora é agora*”.

Esse posicionamento reforça que a ecologia integral, como aponta o Papa Francisco na *Laudato Si'* (Francisco 2015), não é apenas uma pauta ambiental, mas uma resposta espiritual, ética e política à crise civilizatória em curso. Para reconstruirmos a Casa Comum, é preciso articulação, escuta sensível e práticas transformadoras baseadas no Bem Viver, nos saberes ancestrais e no cuidado com todas as formas de vida.

### **Conclusão:**

#### **Caminhos para regenerar a Casa Comum**

Diante das múltiplas crises socioambientais, torna-se urgente repensar os modos de habitar e cuidar da Terra. Ailton Krenak (2019) destaca a interdependência intrínseca entre os seres humanos e a natureza, afirmando que a existência humana depende da vitalidade do planeta, e não o contrário. A “*abstração civilizatória*”, que trata a natureza apenas como recurso e mercadoria, gera uma “*sociedade da mercadoria*” marcada por violência e exploração. Devemos, portanto, aprender a escutar a Terra e nos reeducar para viver em harmonia com ela, reconhecendo-a como um organismo vivo que ensina, cura e acolhe.

A *Ecologia Integral*, conforme proposta pelo Papa Francisco na *Laudato Si'*, convoca à conversão ecológica e a um novo pacto civilizatório, que reconheça a interdependência entre todas as formas de vida. “*Tudo está interligado*” (FRANCISCO 2015: §91), e o cuidado com a Casa Comum exige a Justiça Socioambiental (VIEZZER 2006), dependente da escuta sensível dos povos e territórios historicamente silenciados.

No entanto, o Brasil enfrenta graves contradições. Observa-se a incoerência na realização da COP 30 em Belém, no Estado do Pará, visto que o estado persiste entre os maiores responsáveis pelo desmatamento na Amazônia, um desafio que compromete as metas de preservação e a justiça socioambiental. Além disso, o país enfrenta retrocessos legislativos, como a aprovação da Lei nº 15.190/2025, que flexibiliza normas ambientais e pode comprometer os mecanismos de proteção, afetando biomas e comunidades vulneráveis.

Neste contexto, a afirmação de que somos parte da natureza e que ela é um território vivo que ensina, cura e acolhe, ganha relevância. É nas

margens, lagoas, florestas urbanas e comunidades tradicionais que se encontram sinais de resistência e esperança. Como educadora popular, mulher do território e defensora da ecologia integral, reafirmo ser possível construir caminhos de regeneração enraizados na justiça climática, nos saberes ancestrais e no Bem Viver. Essa esperança ativa, inspirada em Frei Betto (2020), que diz: “há esperança porque há fé. E onde há fé, há sempre a possibilidade de semear flores no asfalto”, é que cultiva o cuidado com a Casa Comum.

## Referências

AMÂNCIO, A. & MARTINS, T. (2025). “Piauí: fábrica de hidrogênio verde inicia obras com licença que ignora impactos hídricos”, *Agência Pública*, 18 set. Disponível em: <https://apublica.org/2025/09/fabrica-de-hidrogenio-verde-no-piau-i-ignora-impactos-hidricos>

Acesso em: 24/10/2025.

BETTO, F. (2020). *Fé e compromisso: O evangelho como engajamento político*. São Paulo, Vozes.

BISPO, A. (2015). *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI/UnB.

\_\_\_\_\_. (S/D). *Poema dos extrativismos*. Disponível em:

<https://negobispo.com.br/> Acesso em: 20/07/2025.

BOFF, L. (1999). *Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela Terra*. Petrópolis, Vozes.

\_\_\_\_\_. (2014). *Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres*. Petrópolis, Vozes, 22. ed.

CNBB (2025) *Ecologia Integral: uma narrativa para enfrentar a crise socioambiental planetária*. CNBB, COMISSÃO PARA ECOLOGIA INTEGRAL E MINERAÇÃO. Disponível em:

<https://adn.celam.org/wp-content/uploads/2025/06/Manifesto-final-para-PDF-online-.pdf>

Acesso em: 30/07/2025.

EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO (S/D). *Ecoansiedade (Ansiedade Climática)*. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/glossario/eoansiedade-ansiedade-climatica/> Acesso em: 20/07/2025.

FRANÇA, I. (2025). “Usina de hidrogênio verde no Piauí deve consumir cinco vezes mais água que toda a cidade de Parnaíba”, *Marco Zero*, 23 abr.. Disponível em: <https://marcozero.org/usina-de-hidrogenio-verde-no-piaui-deve-consumir-cinco-vezes-mais-agua-que-toda-a-cidade-de-parnaiba/>. Acesso em: 24/10/2025.

FRANCISCO (2015). *Laudato si’: sobre o cuidado da casa comum*. Vaticano: Santa Sé. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si\\_po.pdf](https://www.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf) Acesso em: 30/07/2025.

FREIRE, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra.

JIMÉNEZ SÁNCHEZ, L.P. & CAVALARI, R.M.F. (2022). “Comunidades tradicionais nas pesquisas em Educação Ambiental: a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável nos discursos sobre o território”, *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 39, n. 3: 227-247, set./dez. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/366411500\\_Comunidades\\_tradicionais\\_nas\\_pesquisas\\_em\\_Educacao\\_Ambiental\\_a\\_sustentabilidade\\_e\\_o\\_de\\_senvolvimento\\_sustentavel\\_nos\\_discursos\\_sobre\\_o\\_territorio/](https://www.researchgate.net/publication/366411500_Comunidades_tradicionais_nas_pesquisas_em_Educacao_Ambiental_a_sustentabilidade_e_o_de_senvolvimento_sustentavel_nos_discursos_sobre_o_territorio/) Acesso em: 24/10/2025.

KRENAK, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo, Companhia das Letras.

OCORRE DIÁRIO (2024). “Comunidades do litoral do Piauí protestam contra megaprojetos de energia”, *Ocorre Diário*. Disponível em: <https://ocorrediarario.com.br/litoral-protesto-complexo-solar/>. Acesso em: 30/07/2025.

OLIVEIRA, F.J.; FONTENELE, M.R.; FERREIRAS, B.R. & SANTOS, L.F. (2024). “Potencial transformador: uma análise do desenvolvimento do hidrogênio verde no estado do Piauí”, *Revista Brasileira de Energias Renováveis*, v. 12, n. 3: 45-58. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpi.br/index.php/serps/article/view/6869/> Acesso em: 24/10/2025.

REAPI — REDE AMBIENTAL DO PIAUÍ (2024). *Nota pública sobre os impactos socioambientais do Complexo Solar Marruás*. Teresina. Disponível em: <https://ocorrediarario.com.br/artigo-reapi-complexo-solar/> Acesso em: 30/07/2025.

VIEZZER, M. (2006). “Justiça socioambiental e gênero: desafios contemporâneos”. In: TORALES, I. (Org.). *Educação Ambiental e Justiça Social*. Porto Alegre, UFRGS.

### **Sobre a autora**

**Maria do Socorro Santos Costa Braga** é historiadora, pós-graduada em etnologia indígena; educadora ambiental e Defensora popular. É membro da *Rede Ambiental do Piauí* (REAPI), onde atua especialmente em ações voltadas à ecologia integral, à memória territorial e à educação socioambiental. É Coordenadora do *Coletivo Lagoa do Saci*.